ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 2, ago./dez. 2025

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

Evolução histórica dos Microempreendedores Individuais (MEI) no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG: perfil dos empreendedores (2009-2022)

Bernardo Almeida Rocha
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: bernardob.rocha@hotmail.com

Ana Liriel Rodrigues Novais
Universidade Federal de Viçosa
E-mail: rodrigueslirie l200@gmail.com

Luiz Célio Souza Rocha
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: luiz.rocha@ifnmg.edu.br

Emanuelly Alves Pelogio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: emanuelly.pelogio@ifnmg.edu.br

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v7i2.712*

Recebido: *08 Jul. 2025*

Aceito: *24 Out. 2025*

Como citar este artigo: ROCHA, Bernardo Almeida; NOVAIS, Ana Liriel Rodrigues; ROCHA, Luiz Célio Souza; PELOGIO, Emanuelly Alves. Evolução histórica dos Microempreendedores Individuais (MEI) no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG: perfil dos empreendedores (2009-2022). **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 2, p. 332–349, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.712. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/712.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Evolução histórica dos Microempreendedores Individuais (MEI) no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG: perfil dos empreendedores (2009-2022)

RESUMO

A Lei Complementar nº 128/2008 instituiu o Microempreendedor Individual, nova categoria empresarial voltada à formalização de pequenos negócios. Este artigo tem como objetivo investigar o perfil dos Microempreendedores Individuais (MEIs) do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG entre os anos de 2009 e 2022, analisando sua evolução histórica e principais características socioeconômicas e setoriais. Os dados analisados revelam uma tendência geral de crescimento no número de MEIs formalizados ao longo do período, com saldos positivos entre aberturas e fechamentos, exceto em 2018, ano que apresentou saldo negativo, possivelmente influenciado pela melhoria na geração de empregos formais. Quanto ao perfil dos empreendedores, predominam homens com idade entre 31 e 40 anos. As principais atividades econômicas identificadas foram o comércio varejista de vestuário e acessórios, com 75,67% liderado por mulheres, e os bares e estabelecimentos de bebidas, com 65,82% dirigidos por homens. Mesmo sendo uma região com baixos indicadores socioeconômicos e fraco dinamismo econômico, o Baixo Jequitinhonha registra um número significativo de MEIs. O estudo reforça a importância do empreendedorismo como estratégia de inclusão produtiva, geração de renda e desenvolvimento local, especialmente em áreas economicamente desfavorecidas.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Vale do Jequitinhonha. Lei Complementar nº 128/2008. Economia Informal. Minas Gerais.

Historical evolution of Individual Microentrepreneurs (IME) in the Baixo Vale do Jequitinhonha/MG: profile of entrepreneurs (2009-2022)

ABSTRACT

Complementary Law No. 128/2008 established the Individual Microentrepreneur, a new business category aimed at formalizing small businesses. This article aims to investigate the profile of Individual Microentrepreneurs (IMEs) in the Baixo Vale do Jequitinhonha/MG from 2009 to 2022, analyzing their historical evolution and main socioeconomic and sectoral characteristics. The data analyzed reveal a general trend of growth in the number of formalized IMEs over the period, with positive balances between business openings and closures, except in 2018, a year that showed a negative balance, possibly due to improvements in formal employment opportunities. Regarding the profile of entrepreneurs, men between the ages of 31 and 40 predominate. The main economic activities identified were retail trade in clothing and accessories, with 75.67% led by women, and bars and beverage establishments, with 65.82% run by men. Even though it is a region with low socioeconomic indicators and weak economic dynamism, Baixo Jequitinhonha has a significant number of IMEs. The study reinforces the importance of entrepreneurship as a strategy for productive inclusion, income generation, and local development, especially in economically disadvantaged areas.

Keywords: Entrepreneurship. Vale do Jequitinhonha. Law No. 128/2008. Informal economy. Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

O ato de empreender remonta aos tempos mais antigos, impulsionado pela necessidade de superar crises econômicas, sustentar famílias ou atender às demandas humanas, que são infinitas (Bruyat; Julien, 2001; Rocha, et al., 2023). Sobre isso, Chiavenato (2007) afirma que o empreendedorismo é a força motriz da economia, canalizando talentos por meio da dinâmica das ideias e sendo impulsionado por recursos.

Nesse contexto, muitas pessoas veem no empreendedorismo uma oportunidade para materializar tais ideias (Filion, 1997). Contudo, um número significativo desses empreendedores inicia seus negócios sem formalização, perpetuando-se na informalidade e no subemprego (Campanha et al., 2017). Tal fenômeno, pode refletir negativamente na economia, acarretando prejuízos substanciais tanto no Brasil quanto em outros países (Rocha; Pelogio, 2018).

Para mitigar os efeitos da informalidade, a legislação brasileira instituiu, por meio da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, a figura do Microempreendedor Individual (MEI) (Brasil, 2008). Com essa lei, muitas pessoas puderam sair da informalidade e se formalizar como MEI, tendo acesso a benefícios como: maior facilidade de acesso a crédito bancário, auxílio-maternidade, entre outros. Além disso, o MEI surgiu como uma importante política pública, contribuindo para a geração de empregos formais, ao permitir a contratação de um funcionário com carteira assinada (Campanha et al., 2017; Rocha et al., 2023).

Diversos países do mundo buscam, por meio de políticas públicas, apoiar o empreendedorismo em seu território, no intuito de minimizar os impactos da informalidade (Barba-Sánchez; Atienza-Sahuquillo, 2012; De Castro; Khavul; Bruton, 2014; Slonimczyk; Gimpelson, 2015). No entanto, observa-se que a formalização como MEI também pode ter aspectos negativos. Segundo Antunes (2008), o crescente número de MEIs pode indicar uma precarização do trabalho, já que muitos trabalhadores optam por abrir seus próprios negócios como alternativa a um mercado de trabalho cada vez mais restrito.

Corroborando com tal afirmação, o estudo de Rocha et al. (2023), sobre o impacto macroeconômico em empreendimentos nascentes na categoria MEI no Brasil, evidencia uma correlação entre a taxa de desocupação no país e a abertura de novos MEIs. Além disso, o estudo demonstra que o desempenho econômico geral do país, representado pelo Produto Interno Bruto (PIB), exerce uma influência menor na quantidade de MEIs abertos. Assim, as análises indicam que uma parcela significativa dos MEIs nascentes no Brasil é motivada, em grande parte, pela falta de opções de trabalho e renda no país.

Por conseguinte, observa-se que essa tendência também pode ser interpretada à luz das transformações ideológicas do trabalho no capitalismo contemporâneo. Segundo Souza, Lemos e Silva (2020), o discurso das “carreiras sem fronteiras” — difundido a partir da década de 1990 e pautado na autonomia, na empregabilidade e na mobilidade entre organizações — atua como um instrumento de legitimação da precarização das relações de trabalho. Sob a aparência de liberdade e empreendedorismo individual, o trabalhador passa a ser responsabilizado pelo próprio sucesso ou fracasso profissional, internalizando os riscos e incertezas impostos por um mercado cada vez mais instável. Dessa forma, a retórica da autogestão e da liberdade de escolha acaba por mascarar a crescente insegurança estrutural do emprego, o que se aproxima do fenômeno observado entre os microempreendedores individuais no Brasil.

Dessa forma, é fundamental analisar o ambiente no qual o empreendedor está inserido. Ao explorar os aspectos históricos do Vale do Jequitinhonha/MG, Tupy e Toyoshima

(2013, p. 672) afirmam que "o Vale do Jequitinhonha tem sido marcado pela alta incidência da pobreza, grande êxodo rural, atividade econômica voltada para os setores primários e de subsistência e com baixo dinamismo, além de graves problemas sociais, como baixas escolaridade e renda per capita". No entanto, Brustolin, Pinzetta e Machado (2022) ressaltam que, mesmo em um cenário tão impróprio para o surgimento de empreendimentos, os atores locais constituem-se em forças vivas capazes de criar situações propícias ao surgimento do empreendedorismo.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar o perfil dos Microempreendedores Individuais (MEIs) do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG entre os anos de 2009 e 2022, analisando sua evolução histórica e principais características socioeconômicas e setoriais. Serão apresentadas informações sobre a abertura e fechamento de MEIs, faixa etária, principais atividades econômicas e a distribuição dos empreendedores por gênero. Este artigo visa preencher uma lacuna nos estudos sobre o tema, ao descrever as características dos MEIs em uma região com baixo dinamismo econômico e social (Oliveira Filho; Lima, 2022; Souza, 2003; Tupy; Toyoshima, 2013).

Ademais, acreditamos que este estudo oferece contribuições teóricas relevantes para o campo da administração, ao revelar o perfil dos MEIs no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG. No âmbito prático, esses dados podem servir como base para a avaliação de políticas públicas locais voltadas ao perfil específico desses empreendedores, além de proporcionar uma análise descritiva do segmento, o que poderá abrir caminho para futuras pesquisas qualitativas na região de Minas Gerais, Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

EMPREENDEDORISMO E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

De acordo com Lopes-Jr. et al. (2021), o empreendedorismo é visto como um conjunto de práticas com o potencial de gerar riqueza e melhorar o desempenho das sociedades que o incentivam e praticam. No Brasil, essa prática se difundiu intensamente nos últimos anos, especialmente a partir do final da década de 1990, com um marco significativo na consolidação do tema a partir do ano 2000 (Dornelas, 2018; Hisrich; Peters; Shepherd, 2014; Nogami; Medeiros; Faia, 2015).

Segundo Dornelas (2018), o interesse global pelo empreendedorismo vai além das ações governamentais, atraindo também a atenção de organizações e entidades multinacionais, o que evidencia a crescente relevância desse tema na sociedade contemporânea.

Além disso, os empreendedores são fundamentais para a sociedade, pois geram empregos, introduzem inovações e impulsionam o crescimento econômico. Eles assumem riscos em uma economia em constante mudança, sendo essenciais para enfrentar as rápidas transformações tecnológicas (Dornelas, 2018; Hisrich; Peters; Shepherd, 2014).

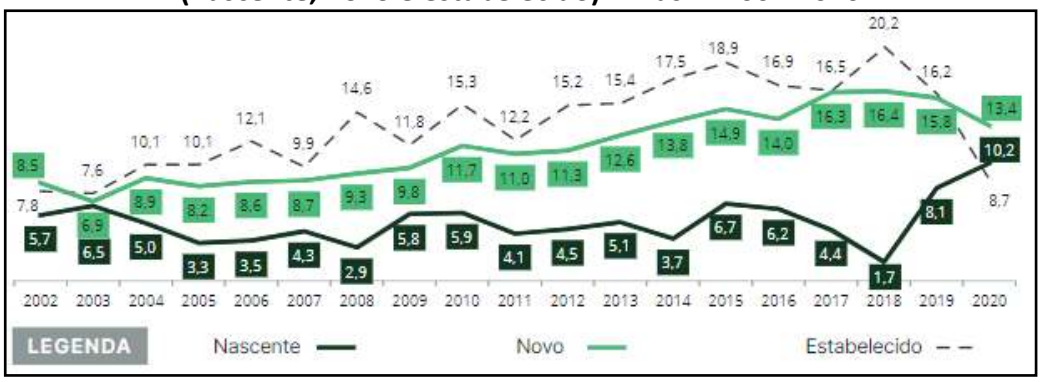
Historicamente, entretanto, as políticas públicas brasileiras não priorizaram os pequenos empreendimentos. Durante as décadas de 1950 a 1970, o país adotou estratégias de substituição de importações, seguidas pela crise econômica dos anos 1980 e pelo período de neoliberalismo econômico na primeira metade da década de 1990 (Corseuil; Neri; Ulyssea, 2014). Foi apenas com a introdução da Lei nº 9.317/1996 (Lei do Simples), posteriormente revogada pela Lei Complementar nº 123/2006 (Lei do Simples Nacional), que o Governo brasileiro começou a formular políticas voltadas à redução de encargos burocráticos e

tributários para micro e pequenas empresas (Brasil, 2006; GEM, 2019; Monteiro; Assunção, 2012).

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2020), a Taxa de Empreendedorismo Total (TTE) no Brasil, em 2019, foi de 38,7%, representando cerca de 53 milhões de brasileiros adultos envolvidos em atividades empreendedoras, seja na criação, consolidação de novos negócios ou na manutenção de empreendimentos estabelecidos. Essa taxa foi ligeiramente superior à do ano anterior, sendo a segunda mais alta da série histórica, o que confirmou a trajetória de crescimento do empreendedorismo no país. Após uma queda em 2016, a TTE de 2019 atingiu um patamar próximo ao recorde histórico de 2015, ficando apenas 0,6 ponto percentual abaixo (GEM, 2020).

E mbora a atividade empreendedora no Brasil tenha demonstrado um aumento contínuo desde sua consolidação, como evidenciado pelos relatórios anuais do GEM (2022), já se observava um declínio entre empreendedores estabelecidos e novos desde 2018 (GEM, 2020). Esse declínio foi exacerbado em 2020, em grande parte devido ao impacto da pandemia de COVID-19, que influenciou significativamente a atividade econômica tanto no Brasil quanto globalmente (GEM, 2022).

Figura 1 - Taxas (em %) de empreendedorismo segundo o estágio do empreendimento (nascente, novo e estabelecido) - Brasil - 2002:2020



Fonte: GEM (2020)

A crise econômica no Brasil, agravada pela pandemia de COVID-19 e pelo aumento do desemprego nos últimos anos, tem levado muitos brasileiros a investir em seus próprios negócios como uma estratégia de sobrevivência (Calça; Maciel; Adão, 2022). Esse cenário evidencia uma crescente disposição dos brasileiros em apostar em suas ideias, tecnologias e conhecimentos, formalizando seus negócios com o objetivo de torná-los duradouros. Nesse contexto, conforme destacado por Rocha et al. (2023), muitos buscam alternativas para superar as crises econômicas e sustentar suas famílias. Essa realidade traz à tona dois conceitos amplamente discutidos na literatura sobre empreendedorismo: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade.

No Brasil, o empreendedorismo é impulsionado tanto pela necessidade quanto por oportunidades de mercado. Empreendedores por necessidade, como indicam Nassif; Ghobril e Amaral (2009), tendem a ter um impacto limitado no crescimento econômico devido à falta de inovação e tecnologia em seus empreendimentos, o que pode retardar o desenvolvimento socioeconômico e fomentar a atividade informal. Em contraste, empreendedores por oportunidade são aqueles que identificam demandas no mercado e inovam para oferecer soluções, contribuindo de maneira mais significativa para o desenvolvimento econômico.

Portanto, é crucial reduzir a predominância do empreendedorismo por necessidade e incentivar o empreendedorismo por oportunidade, que se caracteriza pela capacidade de identificar negócios lucrativos e inovadores, conforme destacam Vale; Corrêa e Reis (2014). Dessa forma, o empreendedorismo no Brasil não apenas cresce em números, mas também se diversifica em suas motivações, demonstrando-se um campo fértil para a inovação e o desenvolvimento econômico, mesmo diante dos desafios impostos por um contexto econômico instável.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

O fenômeno da informalidade tem um impacto significativo na economia, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. De acordo com Rocha e Pelogio (2018) a informalidade é uma característica marcante dessas economias, influenciando em diversos aspectos socioeconômicos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define a economia informal como aquela que abrange todas as atividades econômicas realizadas por trabalhadores e unidades econômicas que não estão cobertas pela legislação formal, seja por operarem à margem da lei, seja por não serem atingidas na prática, ou ainda por a legislação ser inadequada ou excessivamente onerosa (OIT, 2006).

Pereira (2020) destaca que, após a reestruturação produtiva, a informalidade tornou-se uma estratégia para reduzir custos de produção, uma vez que a oferta de empregos formais foi insuficiente. O desafio atual é superar essa ausência de trabalho formal, transformando os trabalhadores informais em empreendedores que veem no empreendedorismo uma oportunidade real de negócio, além de promover o autoemprego.

A relação entre informalidade e empreendedorismo no Brasil é complexa. Muitos empreendedores informais enfrentam dificuldades financeiras, incluindo o acesso limitado ao crédito formal (Tiryaki, 2008). Isso reforça a importância de criar mecanismos que estimulem a formalização da economia, essencial para o crescimento socioeconômico de um país (Mckinsey Global Institute, 2004).

Nesse contexto, surgem políticas de formalização das relações de trabalho, como o programa de Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128 de 2008 (Brasil, 2008). Este programa é visto como um dos maiores esforços de inclusão social no Brasil, permitindo que muitas pessoas formalizem suas atividades e se tornem pequenos empresários (Costa, 2021). O MEI é caracterizado pela simplicidade no processo de legalização, acesso facilitado a serviços bancários, isenção de tributos federais, e um valor fixo de imposto destinado à Previdência Social e ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ou ISS (Imposto Sobre Serviços). Essas pequenas empresas desempenham um papel crucial na absorção da mão-de-obra não qualificada, ajudando a reduzir a imigração inter-regional (Andrade; Boff, 2014; Siqueira; Rocha; Telles, 2013; Terence, 2002).

Como o MEI, o empreendedor pode contratar até um empregado, com salário estabelecido pelo sindicato ou equivalente ao salário-mínimo. O pagamento do DAS-MEI (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) garante direitos básicos como auxílio-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria, e possibilita o acesso a subsídios governamentais para expansão do negócio (Brasil, 2008; Sebrae, 2021). Embora a formalização através do MEI tenha o potencial de promover inclusão social e econômica, ela também apresenta desafios que precisam ser abordados para assegurar a efetividade do programa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa se classifica quanto à finalidade como aplicada. De acordo com Turrioni e Mello (2012, p. 80), "a pesquisa aplicada caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente na solução de problemas que ocorrem na realidade." Por outro lado, a pesquisa básica visa expandir o conhecimento teórico e conceitual, sem uma aplicação prática imediata.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que visa descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. O método adotado foi o quantitativo, que, conforme Turrioni e Mello (2012) partem do princípio de que tudo pode ser quantificado, traduzindo opiniões e informações em números para classificação e análise.

Para esta pesquisa, a principal fonte de coleta de dados foi o site Mapa de Empresas (Ministério da Economia, [*s. d.*]), que forneceu informações sobre a quantidade de Microempreendedores Individuais (MEIs) abertos e fechados em todas as cidades do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG. Esta região, localizada no nordeste do Estado de Minas Gerais, é composta por 16 cidades: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto.

Além disso, foram obtidos dados sobre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) por faixa etária e sexo a partir do Portal do Empreendedor (Ministério da Economia, [*s. d.*]b). A coleta de dados foi realizada entre julho e novembro de 2022.

A escolha do site Mapa de Empresas e do Portal do Empreendedor para a coleta de dados foi motivada pelo fato de serem ferramentas disponibilizadas pelo Governo Federal do Brasil. Essas plataformas oferecem informações mensais detalhadas sobre o processo de registro de empresas, incluindo o tempo médio para abertura, o número de empreendimentos abertos e fechados, bem como dados sobre localização e atividades desenvolvidas.

Após a coleta, os dados quantitativos foram organizados, tratados e analisados por meio de estatística descritiva, a qual consiste em um conjunto de técnicas voltadas para sintetizar, organizar e apresentar os dados de forma clara, permitindo identificar tendências e padrões nas variáveis estudadas. As informações sobre abertura, fechamento e saldo líquido de MEIs foram consolidadas em planilhas do Microsoft Excel, possibilitando o cálculo de totais, variações anuais e comparações entre municípios. A partir dessa sistematização, foram elaborados gráficos, figuras e quadros que facilitaram a visualização dos resultados e a interpretação das relações entre as variáveis, assegurando maior transparência e reprodutibilidade ao processo analítico.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

ANÁLISE DA ABERTURA E FECHAMENTOS DE MICRO EMPREENDIMENTO INDIVIDUAIS

A Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), entrou em vigor no Brasil em 1º de julho de 2009, permitindo que indivíduos se formalizassem como Microempreendedores Individuais (MEIs) e obtivessem um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). A partir desse momento, qualquer pessoa interessada em se tornar um MEI poderia se beneficiar dessa política pública.

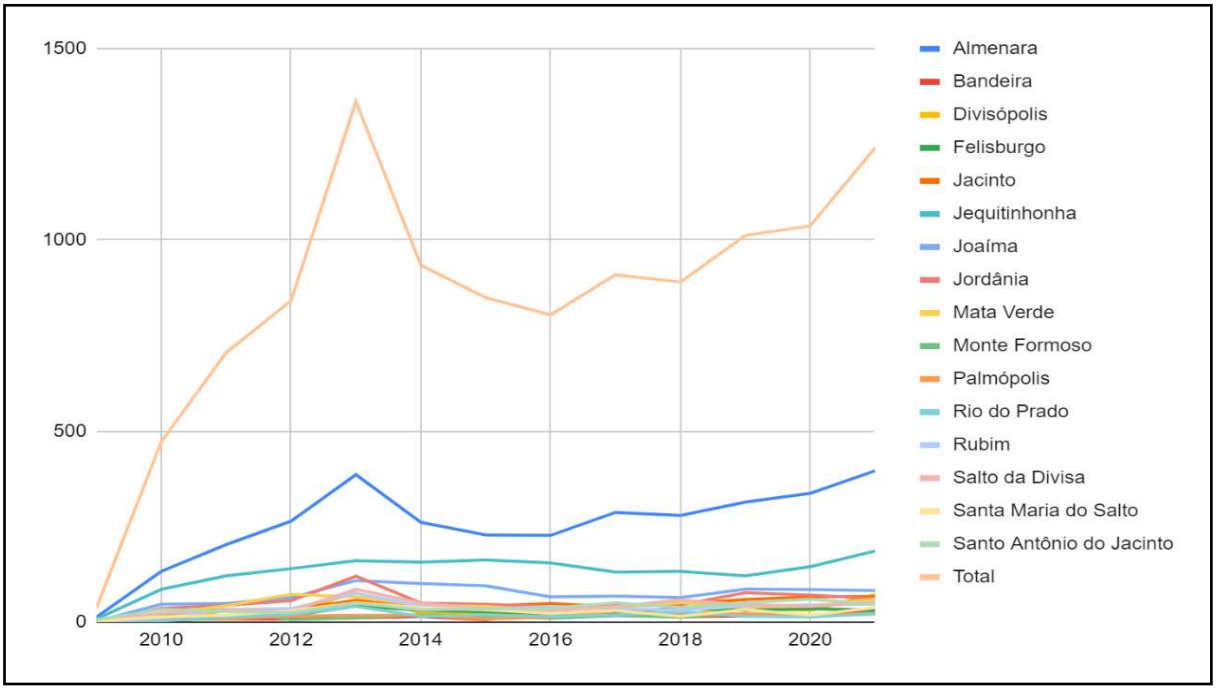
Na Figura 3, observa-se que a região do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG mostrou uma tendência de aumento na abertura de MEI ou na formalização de atividades previamente

informais entre 2009 e 2021, com um pico em 2013. Dentro da região analisada, a cidade com o maior número de CNPJs abertos é Almenara, que atua como o polo da Micro Região do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (Oliveira Filho; Lima, 2022).

Esse aumento, em 2013, corrobora as análises de Nogami, Medeiros e Faia (2015) sobre os dados do GEM 2013, que destacam que:

> A taxa de empreendedores estabelecidos apresentou uma tendência de crescimento constante, com o Brasil alcançando o ápice em 2013 com um índice de 15,4%, quase o dobro do índice registrado em 2002. No mesmo ano, o Brasil também registrou o maior índice de empreendedores iniciais motivados por oportunidade, com 71,3% (Nogami; Medeiros; Faia, 2015, p. 62).

Figura 3. Abertura de MEIs no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (2009 a 2021)

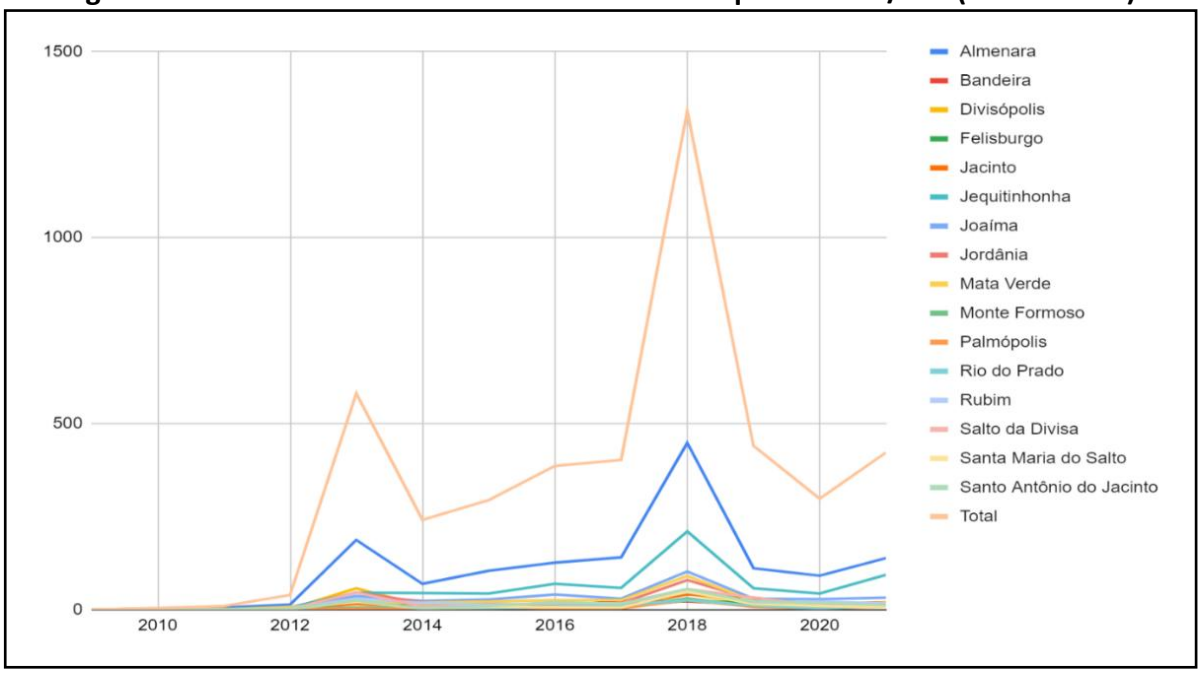


Fonte: Mapa de Empresas (*s. d*) Org. pelos autores (2022)

Para entender melhor esse pico de 2013, Nogami, Mederios e Faia (2015) afirmam que as condições empreendedoras no Brasil apontaram três fatores principais que contribuíram para o aumento da atividade empreendedora naquele ano: normas culturais e sociais, acesso ao mercado e políticas governamentais. Esses fatores incluem a maior valorização do papel do empreendedor pela mídia e pela sociedade, o fortalecimento das relações entre a população e os empreendedores, o aumento do acesso à informação e as ações do governo para simplificar o sistema jurídico e tributário, como demonstrado pela criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, da Lei do Microempreendedor Individual e do Simples Nacional. Além disso, entidades de apoio, como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), desempenharam um papel relevante nesse contexto (Nogami; Medeiros; Faia, 2015).

Em contraposição, na Figura 4, apresenta-se o panorama de fechamento de MEIs nas cidades da região do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG entre 2009 e 2021. Observa-se que, à medida que o número de empreendimentos aumenta ao longo do tempo, o número de fechamentos também segue uma tendência crescente. No entanto, destacam-se dois picos significativos de fechamento de empresas nos anos de 2013 e 2018.

Figura 4. Fechamento de MEIs no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (2009 a 2021)



Fonte: Mapa de Empresas (*s. d*) Org. pelos autores (2022)

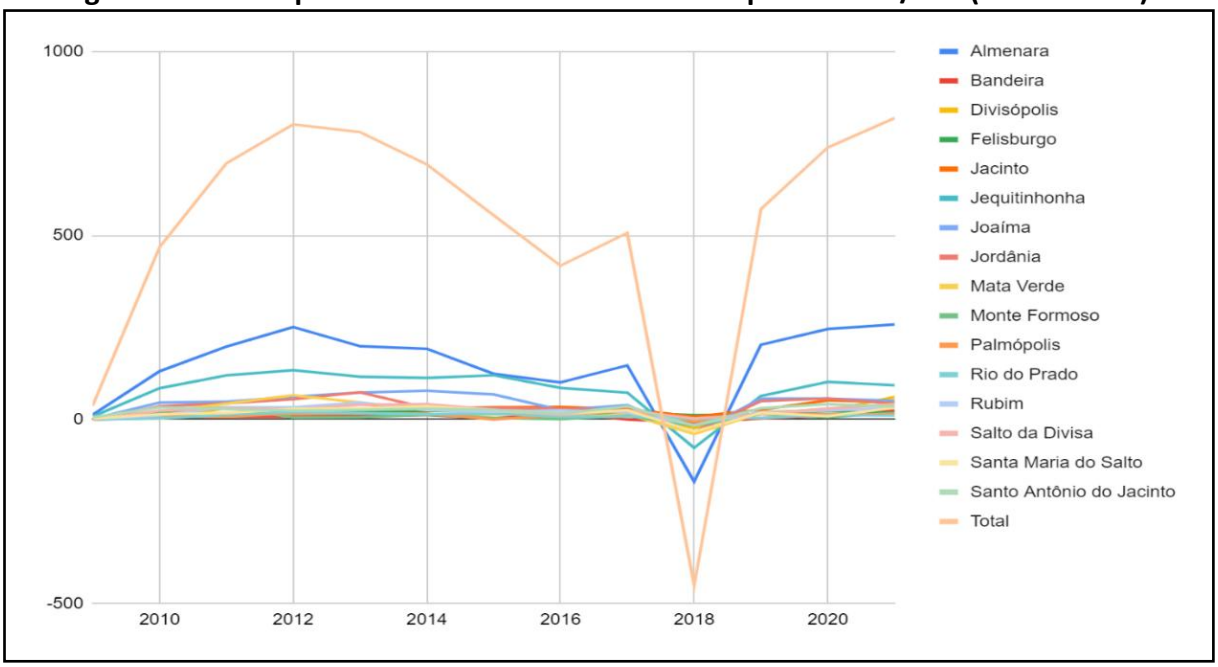
No ano de 2013, o número de fechamentos de empresas não ultrapassou o número de novas empresas abertas, como demonstrado na Figura 5, resultando em um saldo líquido positivo (empresas abertas menos empresas fechadas). No entanto, em 2018, o número de empresas fechadas superou o de novas aberturas, gerando um saldo líquido negativo. Esse comportamento na região do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG é consistente com a tendência observada em todo o Brasil, conforme apresentado na Figura 1 (GEM, 2020), onde o país também registrou um saldo negativo de fechamento de empresas em 2018.

As razões para essa queda nos anos mencionados não são completamente claras. Calça, Maciel e Adão (2022) sugerem que pode ter ocorrido um erro de digitação na tabulação dos dados pelo Portal do Empreendedor (Mapa das Empresas), embora não apresentem evidências concretas para apoiar essa hipótese.

Contudo, uma possível explicação para o aumento significativo no fechamento de MEIs em 2018 pode ser em virtude do crescimento no número de empregos formais. Em 2018, a taxa de desemprego recuou (Oliveira, 2019; OUL, 2019), e o emprego celetista registrou um crescimento de 1,02% em comparação a 2017 (Brasil, 2019). Além disso, na literatura recente que trata sobre os MEIs, Ciccarino, Teixeira e Moraes (2019) e Rocha, et al. (2023) salientam que a taxa de desemprego influencia tanto a abertura quanto o fechamento de empresas. Assim, durante crises econômicas, a falta de empregos formais leva as pessoas a buscarem o empreendedorismo como uma alternativa de renda para sustento familiar (Antunes, 2008). Portanto, é razoável supor que, em períodos de crescimento no emprego formal, haja uma redução na quantidade de MEIs.

Além disso, esse movimento evidencia como o empreendedorismo, frequentemente apresentado como expressão de autonomia e liberdade econômica, pode ocultar formas de precarização do trabalho. Conforme argumentam Souza, Lemos e Silva (2020), o discurso da autogestão e da liberdade profissional, característico do novo espírito do capitalismo, legitima a transferência dos riscos e das responsabilidades do emprego para o indivíduo, mascarando as condições de vulnerabilidade que permeiam essas formas de inserção produtiva.

Figura 5. Saldo Líquido de MEIs no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (2009 a 2021)

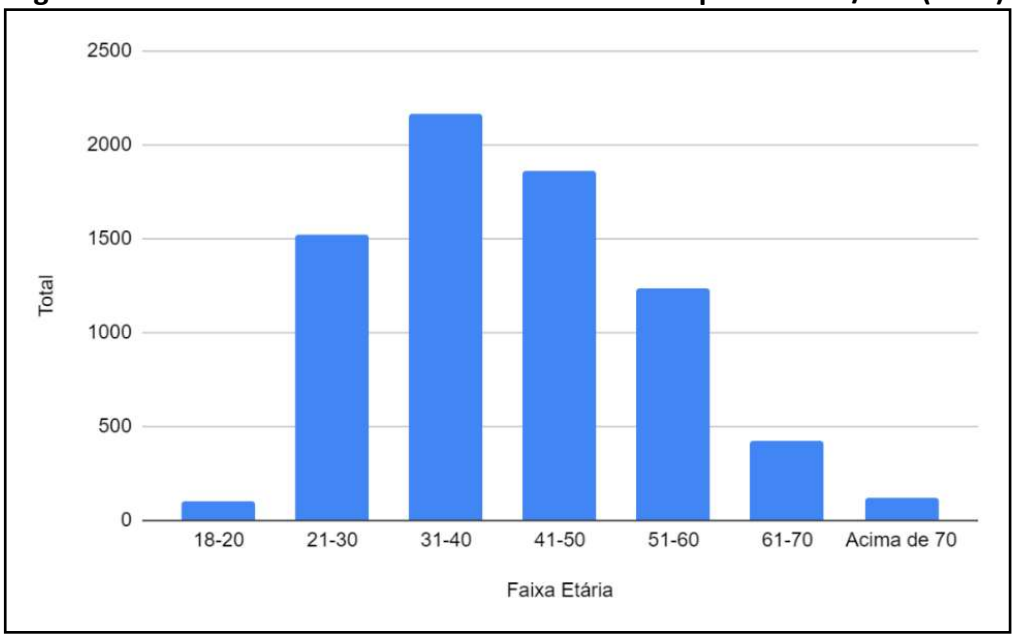


Fonte: Mapa de Empresas (*s. d*) Org. pelos autores (2022)

FAIXA ETÁRIA

A análise dos MEIs no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG, em 2022 revela que a faixa etária predominante é de 31 a 40 anos, com 2.168 CNPJs registrados. Essa faixa etária lidera a quantidade de microempresas, seguida por empreendedores de 41 a 50 anos (1.859 CNPJs), 21 a 30 anos (1.518 CNPJs) e, por último, 18 a 20 anos (103 CNPJs), conforme ilustrado na Figura 6. Esses dados são consistentes com os resultados encontrados por Cunha (2022) e Silva (2022) nas microrregiões do Médio Oeste – RN e Serra de São Miguel – RN, que apresentaram padrões semelhantes.

Figura 6. Total - Faixa Etária MEIs - Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (2022)



Fonte: Portal do Empreendedor (*s. d*) Org. pelos autores (2022)

Contrapõe-se a essa observação a literatura que sugere que os jovens tendem a abrir mais empresas devido às elevadas taxas de desemprego nesta faixa etária, levando-os a buscarem o empreendedorismo como alternativa de renda (Ciccarino; Teixeira; Moraes, 2019; G1, 2022; IBGE, 2021; Moraes et al., 2018). A literatura frequentemente argumenta que a falta de oportunidades de emprego formal condiciona os jovens para o empreendedorismo. No entanto, os dados deste estudo e os recentes trabalhos de Cunha (2022) e Silva (2022) indicam uma mudança nessa dinâmica, com um aumento notável na quantidade de empreendedores adultos na faixa etária de 31 a 40 anos.

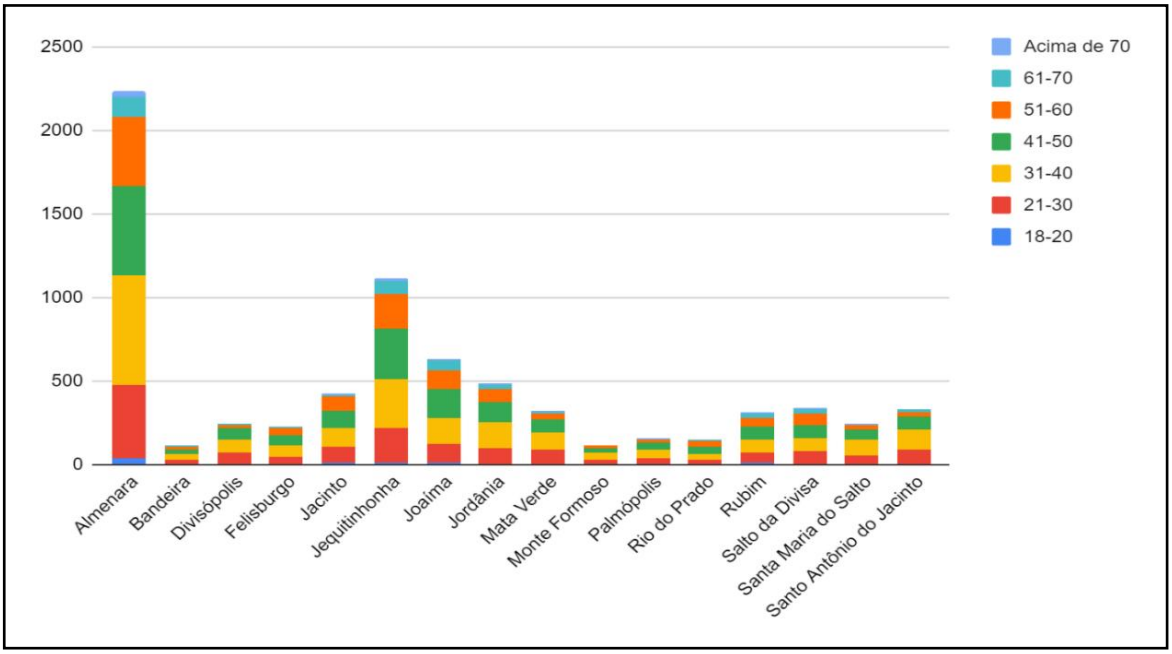
Essa discrepância pode ser explicada por várias razões. Primeiro, a estabilidade econômica e o maior acesso a recursos e conhecimentos empresariais podem ter permitido que indivíduos com idade avançada se envolvessem mais no empreendedorismo. O crescimento na formalização de negócios e o apoio a microempreendedores, como políticas públicas e programas de incentivo, podem ter contribuído para a popularização do MEI entre adultos de meia-idade.

Além disso, o aumento da taxa de emprego formal, evidenciado pelo recuo na taxa de desemprego em 2018 (Oliveira, 2019; OUL, 2019) e pelo crescimento de 1,02% no emprego celetista (Brasil, 2019), pode ter reduzido a necessidade de empreendedorismo entre os jovens, enquanto os adultos podem ter visto no empreendedorismo uma oportunidade de diversificação de renda ou uma forma de realizar projetos pessoais (GEM, 2020).

Portanto, os dados sugerem que, embora o empreendedorismo jovem ainda seja relevante, há uma crescente tendência de empreendedores adultos, especialmente na faixa etária de 31 a 40 anos, que está se tornando a mais significativa no contexto do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG. Essa tendência reflete uma evolução no perfil dos empreendedores, impulsionada por mudanças econômicas e sociais que merecem atenção contínua.

Por conseguinte, na Figura 7, apresenta-se a distribuição da faixa etária dos MEIs por cidade no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG em 2022. De maneira geral, observa-se um comportamento semelhante nas cidades analisadas, com a faixa etária de 31 a 40 anos predominando entre os empreendedores, seguida pela faixa de 41 a 50 anos.

Figura 7. Faixa Etária MEIs por cidade do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (2022)



Fonte: Portal do Empreendedor (*s. d*) Org. pelos autores (2022)

PRINCIPAIS ATIVIDADES PRATICADAS E SEXO

Buscamos compreender quais são as principais atividades praticadas e qual sua predominância entre os sexos. O Quadro 1 apresenta as 11 principais atividades econômicas realizadas no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG em 2022, categorizadas por CNAE e sexo do empreendedor.

Observa-se que a atividade com o maior número de MEIs na região é o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, com 629, aos quais 75,67% desses empreendimentos são dirigidos por mulheres. Em segundo lugar, estão os bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas sem entretenimento, com 515, dos quais 65,82% são geridos por homens.

Esses dados revelam uma tendência significativa: os empreendimentos no setor de comércio varejista, especialmente aqueles focados em artigos de vestuário e cosméticos, são predominantemente dirigidos por mulheres. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que esses setores atendem majoritariamente ao público feminino, o que pode incentivar a maior participação de mulheres nesses empreendimentos (Sousa; Fagundes; Pelogio, 2021). Estudos de Amorim e Batista (2012) e Assunção e Anjos (2018) corroboram com essa observação, destacando a forte presença feminina no varejo de vestuário e na fabricação de produtos alimentícios, o que é evidenciado pelos dados do Quadro 1.

Além disso, o setor de obras de alvenaria apresenta uma disparidade marcante entre os gêneros, com uma predominância masculina significativa. A pesquisa de Moraes et al. (2018) sobre o perfil dos empreendedores no Brasil confirma que a construção civil é quase exclusivamente dominada por homens, um padrão que também é observado no Baixo Vale do Jequitinhonha/MG. Esse cenário pode ser atribuído a fatores históricos e culturais que historicamente associaram a construção civil a atividades masculinas, além das barreiras estruturais que dificultam a entrada de mulheres nesse setor.

Assunção e Anjos (2018, p. 119) sugerem que uma possível explicação para essa disparidade de gênero é que "o homem faz do trabalho a sua atividade principal, enquanto as mulheres definem a profissão, assimilando da melhor maneira a vida profissional e familiar com o propósito de alcançar seus objetivos". Essa perspectiva ressalta como as mulheres podem adotar uma abordagem mais flexível em relação ao empreendedorismo, equilibrando as demandas profissionais e familiares, enquanto os homens podem estar mais propensos a se dedicar exclusivamente a suas atividades econômicas (Sousa; Fagundes; Pelogio, 2021).

Quadro 1. Principais Atividades Praticadas por CNAE e Sexo do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG (2022)

Baixo Vale do Jequitinhonha/MG			
CNAE	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	153	476	629
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	339	176	515
Cabeleireiros	120	300	420
Obras de alvenaria	414	4	418
Promoção de vendas	152	116	268
Comércio varejista de bebidas	149	69	218
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	147	68	215
Comércio varejista de carnes - açougues	153	42	195

Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	88	66	154
Restaurantes e similares	67	78	145
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	36	99	135
Total	1818	1494	3312

Fonte: Portal do Empreendedor (*s. d*) Org. pelos autores (2022)

Por conseguinte, dos 3.312 MEIs apresentados no Quadro 1, 54,89% são do sexo masculino e 45,11% do sexo feminino. Isso indica que, nas 11 principais atividades econômicas analisadas na região, a maioria dos empreendimentos é dirigida por homens. Esses dados são consistentes com os resultados encontrados por Cunha (2022) e Silva (2022) para as microrregiões do Médio Oeste – RN e Serra de São Miguel – RN, respectivamente, os quais também se observou uma prevalência masculina entre os empreendedores.

Essa predominância masculina pode ser atribuída a diversas barreiras enfrentadas por mulheres empreendedoras (Sousa; Fagundes; Pelogio, 2021). De acordo com Nogami, Medeiros e Faia (2015), as mulheres frequentemente enfrentam dificuldades adicionais, como acesso restrito a crédito, falta de credibilidade perante parceiros, clientes e fornecedores, entre outros desafios. Esses obstáculos podem resultar em desestímulo e aumentar o risco de fracasso dos empreendimentos liderados por mulheres. Tais dificuldades podem contribuir para a menor representação feminina no empreendedorismo, refletindo um cenário onde as condições ainda não são completamente equitativas para todos os gêneros.

Portanto, a análise dos dados sugere que, apesar da presença significativa de mulheres em certos setores, a predominância masculina continua a ser uma característica marcante do empreendedorismo na região do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG. Essas observações ressaltam a necessidade de medidas específicas para apoiar e promover a igualdade de oportunidades entre empreendedores de diferentes gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho atingiu seu objetivo principal de investigar o perfil dos Microempreendedores Individuais (MEIs) do Baixo Vale do Jequitinhonha/MG entre os anos de 2009 e 2022, analisando sua evolução histórica e principais características socioeconômicas e setoriais. Os resultados obtidos indicam uma tendência geral de crescimento na abertura de MEIs, com um saldo positivo ao longo do tempo, especialmente quando comparados os dados de abertura e fechamento de MEIs. Um destaque foi observado no ano de 2018, que apresentou um grande saldo negativo, possivelmente devido à melhoria na geração de empregos formais.

Em relação às características dos MEIs, a maioria é composta por homens com idades entre 31 e 40 anos. As principais atividades econômicas identificadas são o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, em que 75,67% dos empreendimentos são liderados por mulheres, e os bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, onde 65,82% são dirigidos por homens.

Esses resultados permitem concluir que, mesmo sendo uma região com baixos indicadores socioeconômicos e um dinamismo econômico reduzido, o Baixo Vale do Jequitinhonha/MG abriga um número considerável de empresas formalizadas na categoria de MEI. Isso evidencia ainda mais a importância do empreendedorismo para a economia local e

nacional, além de destacar sua relevância social, principalmente em regiões economicamente desfavorecidas.

Contudo, ressalta-se que, embora o MEI represente um avanço institucional ao permitir a formalização de pequenos negócios, é necessário reconhecer que sua expansão também revela as contradições estruturais do mercado de trabalho brasileiro. O discurso do empreendedorismo individual e da autogestão profissional reflete uma lógica mais ampla do capitalismo contemporâneo, em que a liberdade e a autonomia aparentes mascaram a transferência dos riscos e responsabilidades do trabalho para o indivíduo no qual a precarização e a instabilidade laboral são reconfiguradas como escolhas pessoais e oportunidades de superação. Dessa forma, políticas públicas voltadas a esse público devem não apenas facilitar a formalização, mas também promover condições efetivas de sustentabilidade econômica, qualificação profissional e proteção social, além do incentivo ao empreendedorismo feminino na região.

Assim, quanto às limitações deste estudo, destaca-se a falta de cruzamento com outros bancos de dados para confirmar os dados apresentados, bem como a ausência de recortes temporais mais curtos que poderiam permitir uma análise mais detalhada do objeto pesquisado.

Para pesquisas futuras, sugere-se expandir o lócus de pesquisa para outras regiões, como o Médio e o Alto Vale do Jequitinhonha/MG, a fim de obter uma visão mais abrangente das condições dos Microempreendedores Individuais em todo o Vale do Jequitinhonha/MG. Além disso, a aplicação de análises estatísticas mais complexas, como correlação e regressão, poderia contribuir para identificar as variáveis que mais influenciam a criação e o fechamento de micro empreendimentos na região.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. P. de; BOFF, C. D. S. Ferramentas de planejamento para tomada de decisão aplicadas a um Microempreendedor Individual (MEI). **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, v. 2, n. 1, p. 57–85, 2014.

ANTUNES, R. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista da RET**, n. 3, p. 55–61, 2008.

BARBA-SÁNCHEZ, V.; ATIENZA-SAHUQUILLO, C. Entrepreneurial behavior: Impact of motivation factors on decision to create a new venture. **Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa**, v. 18, n. 2, p. 132–138, maio 2012. https://doi.org/10.1016/S1135-2523(12)70003-5.

BRASIL. Emprego formal chega a 46,63 milhões em 2018. 2019. **Ministério da Economia**. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/10/emprego-formal-chega-a-46-63-milhoes-em-2018. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no

9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 4 fev. 2023.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. 19 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRUSTOLIN, P. L.; PINZETTA, G.; MACHADO, H. P. V. Empreendedorismo e desenvolvimento endógeno: um estudo bibliométrico. **Interações (Campo Grande)**, p. 777–799, 25 out. 2022. https://doi.org/10.20435/inter.v23i3.3249.

BRUYAT, C.; JULIEN, P.-A. Defining the field of research in entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v. 16, n. 2, p. 165–180, mar. 2001. https://doi.org/10.1016/S0883-9026(99)00043-9.

CALÇA, K. G.; MACIEL, M. D. A.; ADÃO, S. A. D. R. C. Desemprego e empreendedorismo na pandemia da Covid-19 e seus efeitos na sociedade brasileira. **Revista de Administração da UFSM**, v. 15, p. 743–759, 20 dez. 2022. https://doi.org/10.5902/1983465969297.

CAMPANHA, L. J.; DE LORENZO, H. C.; FONSECA, S. A.; ORIANI E PAULILLO, L. F. de. Formulação e implementação, convergências e desvios: facetas da política pública do Micro Empreendedor Individual (MEI) no plano local. **Gestão & Produção**, v. 24, p. 582–594, set. 2017. https://doi.org/10.1590/0104-530X3896-16.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CICCARINO, I.; TEIXEIRA, A. C. C.; MORAES, A. Um ensaio sobre a ineficácia da política pública vinculada ao Microempreendedor Individual [MEI]. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 7, n. 2, p. 1–14, 17 dez. 2019. https://doi.org/10.32888/cge.v7i2.28966.

CORSEUIL, C. H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. **Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

COSTA, G. B. **As dificuldades para ser um microempreendedor individual na cidade de Almenara/MG: Um estudo de caso na empresa Porto Velho Rock Bar**. 2021. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Almenara, 2021.

CUNHA, T. A. **Caracterização do empreendedorismo na microrregião do Médio Oeste - RN**. 2022. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Ciência e Tecnologia – Universidade Federal Rural do Semiárido, Angicos (RN), 2022.

DE CASTRO, J. O.; KHAVUL, S.; BRUTON, G. D. Shades of Grey: How do Informal Firms Navigate Between Macro and Meso Institutional Environments? **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 8, n. 1, p. 75–94, mar. 2014. https://doi.org/10.1002/sej.1172.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018.

FILION, L. J. Le champ de l'entrepreneuriat : historique, évolution, tendances. **Revue internationale P.M.E.**, v. 10, n. 2, p. 129–172, 1997. https://doi.org/10.7202/1009026ar.

G1. Taxa de desemprego entre os mais jovens está acima de 20% desde 2016 | Jornal Nacional | G1. 2022. **Jornal Nacional**. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/30/taxa-de-desemprego-entre-os-mais-jovens-esta-acima-de-20percent-desde-2016.ghtml. Acesso em: 5 abr. 2023.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2019**. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, 2019.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2020**. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, 2020.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo**. Curitiba: IBQP, 2022.

HISRICH, R.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo - 9.ed.** São Paulo: AMGH Editora, 2014.

IBGE. Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%, diz IBGE. 30 jul. 2021. **Agência Brasil**. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge. Acesso em: 4 fev. 2023.

LOPES-JR., D. D. S.; VICENTE, M.; INACIO JUNIOR, E.; FISCHER, B. B. Fatores socioeconômicos como motivadores para o empreendedorismo social. **Revista de Ciências da Administração**, v. 22, n. 56, p. 75–90, 24 fev. 2021. https://doi.org/10.5007/2175-8077.2020.e61471.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil**. São Paulo: McKinsey & Company, 2004.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Mapa de Empresas. [*s. d.*]. **Empresas & Negócios**. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas. Acesso em: 27 jul. 2022a.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Portal do Empreendedor. [*s. d.*]. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor. Acesso em: 19 nov. 2022b.

MONTEIRO, J. C. M.; ASSUNÇÃO, J. J. Coming out of the shadows? Estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality in Brazilian microenterprises. **Journal of Development Economics**, v. 99, n. 1, p. 105–115, set. 2012. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2011.10.002.

MORAES, E. da S.; OLIVEIRA, M. L. de M.; BORBA, M. da C.; LIMA, T. L. de A.; FILHO, R. A. de M. Microempreendedor individual: caracterização do perfil dos empreendedores no Brasil. **REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, v. 4, n. 1, p. 179–197, 30 jun. 2018. https://doi.org/10.21574/remipe.v4i1.14.

NASSIF, V. M. J.; GHOBRIL, A. N.; AMARAL, D. J. do. Empreendedorismo por Necessidade: O Desemprego como Impulsionador da Criação de Novos Negócios no Brasil. **Pensamento & Realidade**, v. 24, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/7075. Acesso em: 14 mar. 2023.

NOGAMI, V. K. da C.; MEDEIROS, J.; FAIA, V. D. S. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 e 2013. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 3, p. 31, 26 fev. 2015. https://doi.org/10.14211/regepe.v3i3.118.

OIT. **A OIT e a Economia Informal**. Lisboa: OIT, 2006.

OLIVEIRA FILHO, E. R. de; LIMA, J. B. M. P. Campus Almenara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - educação e desenvolvimento. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 4, n. 1, p. 175–187, 26 maio 2022. https://doi.org/10.46636/recital.v4i1.163.

OLIVEIRA, N. Desemprego fica em 11,6% em dezembro, com 12,2 milhões de desocupados. 31 jan. 2019. **Agência Brasil**. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/desemprego-fica-em-116-em-dezembro-com-122-milhoes-de-desocupados. Acesso em: 5 abr. 2023.

OUL. Desemprego cai em 2018, mas quase dobra em 4 anos, e atinge 12,8 milhões. 2019. **OUL**. Disponível em: https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/01/31/desemprego-dezembro-atinge-milhoes-de-pessoas-pnad-ibge.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.

PEREIRA, J. N. Mulheres e empreendedorismo: MEI como política de combate à informalidade. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 3 dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33162.

ROCHA, B. A.; ROCHA, L. C. S.; NOVAIS, A. L. R.; PELOGIO, E. A. Impacto macroeconômico em empreendimentos nascentes: Análise com os Microempreendedores Individuais brasileiros. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 6, n. 2, p. 16675–01e, 28 set. 2023. https://doi.org/10.18540/revesvl6iss2pp16675-01e.

ROCHA, L. C. S.; PELOGIO, E. A. Diagnóstico da Economia Informal em um Município de Pequeno Porte no Sul de Minas Gerais. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, v. 20, n. 2, p. 19–45, 5 maio 2018. https://doi.org/10.23925/2178-0080.2017v20i2.35608.

SEBRAE. Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e MEI: diferenças e características - Sebrae SC. 2021. **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e MEI: diferenças e características - Sebrae SC**. Disponível em: https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei/. Acesso em: 16 dez. 2022.

SILVA, J. L. B. da. **Caracterização do empreendedorismo na microrregião de Serra de São Miguel - RN**. 2022. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Ciência e Tecnologia – Universidade Federal Rural do Semiárido, 2022.

SIQUEIRA, J. P. L. D.; ROCHA, J. S. L. D.; TELLES, R. Microempreendedorismo: Formalidade ou informalidade? **Seminários em Administração**, 2013.

SLONIMCZYK, F.; GIMPELSON, V. Informality and mobility: Evidence from Russian panel data. **Economics of Transition**, v. 23, n. 2, p. 299–341, abr. 2015. https://doi.org/10.1111/ecot.12064.

SOUSA, P. C.; FAGUNDES, D.; PELOGIO, E. A. A. Empreendedorismo feminino: um estudo com mulheres empreendedoras do município de Almenara/MG. **Recital - Revista de**

Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG, v. 3, n. 2, p. 79–104, 22 out. 2021. https://doi.org/10.46636/recital.v3i2.178.

SOUZA, F. A. S. de; LEMOS, A. H. D. C.; SILVA, M. A. D. C. Metamorfoses de um discurso: carreiras sem fronteiras e o novo espírito do capitalismo. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 92, p. 95-112, 2020. https://doi.org/10.1590/1984-9270925.

SOUZA, J. V. A. de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Revista Unimontes Científica**, v. 5, n. 2, p. 106–120, 2003.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento Estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. 2002. 238 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

TIRYAKI, G. F. A informalidade e as flutuações na atividade econômica. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 38, n. 1, p. 97–125, mar. 2008. https://doi.org/10.1590/S0101-41612008000100005.

TUPY, I. S.; TOYOSHIMA, S. H. Impactos dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do Vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, n. 3, p. 671–692, 2013.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção**. Itajubá: Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, 2012.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. dos. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 311–327, jun. 2014. https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141612.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – campus Almenara pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Editores do artigo

Jandresson Dias Pires e Mariana Mapelli de Paiva